



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO (CEDUC)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIA FRANCIELE MOUZINHO MARTINS

**PROGRAMAS MAIS ALFABETIZAÇÃO E TEMPO DE APRENDER: O QUE DIZEM
AS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS?**

CAMPINA GRANDE

2022

MARIA FRANCIELE MOUZINHO MARTINS

**PROGRAMAS MAIS ALFABETIZAÇÃO E TEMPO DE APRENDER: O QUE DIZEM
AS PROFESSORAS ALFABETIZADORAS?**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à Coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Graduação em Pedagogia.

Área de concentração: Educação.

Orientadora: Profa. Msc. Cristina Sales Cruz

CAMPINA GRANDE

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M382p Martins, Maria Franciele Mouzinho.
Programas Mais Alfabetização e Tempo de Aprender
[manuscrito] : o que dizem as professoras alfabetizadoras? /
Maria Franciele Mouzinho Martins. - 2023.
53 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Cristina Sales Cruz ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC. "

1. Alfabetização . 2. Políticas educacionais. 3. Processo
ensino-aprendizagem. 4. Educação no Brasil. I. Título

21. ed. CDD 372.6

MARIA FRANCIELE MOLIZINHO MARTINS

PROGRAMAS MAIS ALFABETIZAÇÃO E TEMPO DE APRENDER: O QUE DIZEM
PROFESSORAS ALFABETIZADORAS?

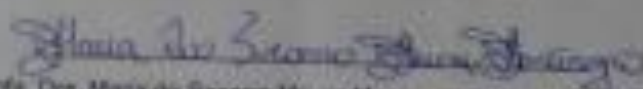
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Educação da
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Pedagogia

Área de concentração: Ciências Humanas

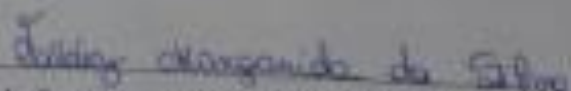
BANCA EXAMINADORA



Profa. Profa. Msc. Cristina Sales Cruz (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Maria do Socorro Maura Montenegro (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Valdecy Margarida da Silva (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

À Deus, a minha imensurável gratidão, pela vida, saúde e por me dar a oportunidade e me capacitar para realizar o meu sonho de me formar e me tornar uma professora. Por ser minha base, me dar forças para enfrentar as adversidades e os dias ruins, e por nunca me deixar sozinha e por não me deixar desistir.

Agradeço a minha família, por ser meu amparo, sem eles não teria chegado até aqui. A minha mãe Fátima Mouzinho, agradeço por todo apoio, todo amor, carinho, incentivo, por se sacrificar e fazer tanto para que eu pudesse cumprir com minhas responsabilidades da universidade. Agradeço a meu pai Eduardo Martins, por ter enfrentado comigo sol, chuva, manhãs frias para me levar até o ponto de ônibus. Pelo carinho, incentivo, por demonstrar orgulho e por suas belas palavras " o estudo é a melhor coisa que posso te proporcionar". A minha irmã Maria Renaly, por me ajudar sempre que precisei, quando os celulares e computadores não funcionavam. Ao meu namorado Daniel Reis, pelo incentivo e demonstrar ter orgulho de mim e da minha profissão. Vocês são minha base. Gratidão!

Agradeço aos professores universitários, por todos os ensinamentos e me proporcionar enxergar o mundo com outros olhos e conhecer melhor a educação e me apaixonar por esta área. Agradeço em especial a minha Orientadora, Cristina Sales Cruz, pelo acolhimento e por toda paciência, ajuda e por todos os ensinamentos.

Agradeço a disponibilidade das Professoras Maria do Socorro Moura Montenegro e Valdecy Margarida da Silva, para avaliarem este trabalho.

Agradeço às minhas amigas e amigo que foram meu apoio e me acolheram tão bem. Natalícia Joaquim, obrigada por me ensinar tanto, por me ajudar tanto, por me ouvir e me orientar sempre que preciso. Mércia Roseli, obrigada por tanto apoio, pelos momentos de descontração, e pela amizade que construímos. Lívia Gomes, muito obrigada por contribuir tanto nessa jornada me apoiando me consolando e pelos momentos de diversão. Larissa Leite, obrigada pela sua amizade, pela parceria e pelos ensinamentos. Bruna Vitória, obrigada pela parceria, apoio e incentivo. Vocês foram essenciais nessa jornada, a qual não foi fácil. Danilo Leite, muito obrigada pela parceria, incentivo e apoio.

A Universidade Estadual da Paraíba, por acolher e ser um instrumento de mudança na vida de tantos alunos.

A trajetória não foi fácil, foi percurso de transformação, superação e de muito aprendizado. Sou grata por tudo que aprendi e por ser incentivada a ter sempre o desejo de aprender.

RESUMO

A alfabetização é um processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever de suma importância e indispensável para o desenvolvimento do indivíduo. Dada a importância deste processo, a alfabetização torna-se um campo de amplas discussões, debates e instrumento de desenvolvimento social. Sendo assim, torna-se responsabilidade do Estado garantir que os indivíduos tenham alfabetização de qualidade investindo em Políticas Educacionais que contribuam para o processo de aprendizagem de todo cidadão, como é estabelecido na Constituição Federal. Assim, entre os anos de 2018 e 2020 foram lançados pelo Ministério da Educação os Programas Federais Mais Alfabetização e Tempo de Aprender com o intuito de melhorar a alfabetização no Brasil. Este trabalho tem por finalidade analisar as percepções de professoras alfabetizadoras das escolas públicas do Município de Areial-PB, acerca dos Programas Federais voltados para a alfabetização, Mais Alfabetização e Tempo de Aprender. Para tanto buscou investigar as mudanças sofridas pela alfabetização no Brasil, e os objetivos dos Programas referidos. Para fundamentar este trabalho nos apoiamos em estudiosos da alfabetização como Frade (2006; 2007), Mortatti (2006) Soares (2003, 2009) entre outros que são referências no campo da alfabetização, e os documentos legais dos referidos Programas, Mais Alfabetização PORTARIA Nº 142, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018 e Tempo de Aprender PORTARIA Nº 280, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020. Concluiu-se, a partir das percepções das professoras, que os Programas contribuíram com o trabalho do professor e a inserção do assistente de alfabetização contribuíram com o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, no entanto apresenta falhas e lacunas, não oferecendo para as professoras formações iguais e o pouco tempo de assistência em sala. A partir de estudo realizado acerca dos Programas conclui-se que estes não são desenvolvidos com base nos avanços e estudos na área da alfabetização, além de desconsiderar o aluno como o centro do processo de aprendizagem.

Palavras chaves: Alfabetização. Programa Tempo de Aprender e Mais Alfabetização. Professoras alfabetizadoras.

ABSTRACT

Literacy is a process of paramount importance and indispensable for the development of the individual. Given the importance of this process, literacy becomes a field of broad discussions, debates and an instrument of social development, so it becomes the responsibility of the State to promote that individuals have quality literacy, for which Educational Policies are created. Thus, the Federal Ministry of Education launches the More Literacy and Time to Learn Federal Programs with the aim of improving literacy in Brazil. Therefore, this work has as main objective to investigate the perceptions of literacy teachers from the municipal schools of Areial-Pb about these Programs, therefore, it sought to investigate the changes undergone by literacy in Brazil, and the objectives of the mentioned Programs. To support this work, we rely on literacy scholars such as Frade (2006; 2007), Mortatti (2006) Soares (2003, 2009) among others who are references in the field of literacy, and the legal documents of the aforementioned Programs, Mais Alfabetização ORDINANCE No. 142, OF FEBRUARY 22, 2018 and Tempo de Aprendiz ORDINANCE No. 280, OF FEBRUARY 19, 2020. It was concluded that the Programs have flaws and gaps, not offering equal training to teachers, and are not developed based on advances and studies in the area of literacy and disregard the student as the center of the learning process.

Keywords: Literacy. Time to Learn and More Literacy Program. Literacy teachers.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 ALFABETIZAÇÃO: DIFERENTES PARADIGMAS E CONCEITOS.....	10
2.1 Paradigma Tradicional de Alfabetização.....	10
2.2 Paradigma Construtivista da alfabetização.....	16
3 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: UM NOVO PARADIGMA?.....	20
4. ALFABETIZAÇÃO E OS PROGRAMAS FEDERAIS.....	26
4.1 Programa Mais Alfabetização.....	26
4.2 Programa Tempo de Aprender.....	30
5 METODOLOGIA.....	35
6 O QUE PENSAM ALFABETIZADORAS SOBRE OS PROGRAMAS MAIS ALFABETIZAÇÃO E TEMPO DE APRENDER: ANÁLISE DE DADOS.....	36
7 CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS.....	47
APÊNDICE – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Ao fazer o percurso histórico da Alfabetização no Brasil, é possível constatar que este processo ao longo dos anos gerou inúmeros debates e discussões e seu conceito sofreu mudanças e transformações. Alfabetização é o processo pelo qual o sujeito adquire a capacidade de dominar a língua escrita, e é indispensável para o seu desenvolvimento e sua atuação na sociedade. Desde que a educação, bem como a garantia de uma sociedade alfabetizada, tornou-se instrumento de desenvolvimento social, é notório a preocupação em superar os desafios que perpassam o processo de ensino da leitura e da escrita.

Dada a importância da educação para a sociedade, o Estado promove políticas educacionais que visem melhorar a qualidade da alfabetização em nosso País. Diante deste fato, o Ministério de Educação lança os Programas Educacionais Mais Alfabetização (2018) e Tempo de Aprender (2020). Ambos surgem com o objetivo de contribuir com o processo de Alfabetização para elevar os níveis de alfabetização das crianças regularmente matriculadas no 1º e 2º ano do ensino fundamental.

Os Programas educacionais visam trazer melhorias para o processo de Alfabetização. O Mais Alfabetização tem como ação inserir um assistente de alfabetização em sala, com o intuito de contribuir para o aprendizado do aluno. O programa Tempo de Aprender busca valorizar o docente e oferecer formações continuadas referentes aos programas, assim contribuindo com o processo de ensino da leitura e da escrita de crianças brasileiras.

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC), tem por finalidade analisar as percepções de professoras alfabetizadoras das escolas públicas do Município de Areial-PB, acerca dos Programas Federais voltados para a alfabetização, Mais Alfabetização e Tempo de Aprender. A motivação para a realização desta pesquisa se deu a partir da experiência como Assistente de Alfabetização no Programa Mais Alfabetização no ano de 2021 e no Tempo de Aprender em 2021 e 2022 em turmas de 1º e 2º ano, em uma escola da zona rural do município de Areial-PB. Essa experiência instigou a necessidade de verificar quais as implicações desses Programas para o processo de alfabetização, a partir da visão de professoras alfabetizadoras.

Para alcançar o objetivo principal deste trabalho foi necessário explicitar as principais mudanças conceituais da Alfabetização no Brasil, analisar os objetivos dos Programas em estudo em seus documentos legais e investigar as percepções de professoras alfabetizadoras da rede municipal de Areial-PB acerca dos Programas Mais Alfabetização e Tempo de Aprender.

Para tanto, foi realizado uma pesquisa de cunho qualitativo, que (...) envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN e BIKLEN, 1982 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 13). Para a obtenção de dados foi repassado para as professoras alfabetizadoras um questionário composto por perguntas abertas e fechadas.

Para embasar o trabalho utilizamos de estudos produzidos no campo da alfabetização por estudiosos da área, como Frade (2006; 2007), Mortatti (2006) Soares (2003, 2009) entre outros que são referências no campo da alfabetização, e os documentos legais dos referidos Programas, Mais Alfabetização PORTARIA Nº 142, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2018 e Tempo de Aprender PORTARIA Nº 280, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2020.

O trabalho de conclusão de curso está organizado em capítulos. O primeiro capítulo teórico, Alfabetização: diferentes paradigmas e conceitos, com seus subtópicos, trata da história da alfabetização marcada pelos métodos de alfabetização e as influências da chegada do conceito do Construtivismo no campo da alfabetização. O segundo, Letramento e Alfabetização: um novo paradigma? aborda a mudança de paradigma da alfabetização com a chegada do conceito de letramento no Brasil. O terceiro, por sua vez, traz uma abordagem acerca da Alfabetização e os Programas Federais, com foco nos Programas, Mais Alfabetização e Tempo de Aprender. E, por fim, é apresentada a metodologia realizada como pesquisa e a análise da obtenção de dados.

2 ALFABETIZAÇÃO: DIFERENTES PARADIGMAS E CONCEITOS

2.1 Paradigma Tradicional de Alfabetização

As discussões e reflexões acerca da alfabetização, no Brasil, centralizaram-se por muitos anos nos métodos de alfabetização e, contemporaneamente, ainda ocorrem discussões acerca destes métodos. Segundo Mortatti (2006), “Em nosso país, a história da alfabetização tem sua face mais visível na história dos métodos de alfabetização”. Durante muito tempo, existiram inúmeros debates e confrontos, por seus idealizadores em torno da eficácia dos métodos, que foram criados com a finalidade de contribuir no processo de alfabetização, bem como superar as dificuldades daquele que ensina o outro a ler e a escrever.

A discussão sobre métodos de alfabetização faz parte do campo educacional desde que a escola se tornou uma escola popular ou escola de massa (FRADE 2007 *Apud* BRASLAVSKY 1992). Assim, a história nos permite situar a discussão dos métodos no período em que são formados os sistemas escolares ocidentais e, sobretudo, quando a escola passa a ter que criar estratégias para ensinar a todos, num mesmo espaço e tempo. (FRADE, 2007, p. 22).

Mortatti (2006) afirma que a partir da institucionalização da escola é perceptível os esforços para superar os desafios enfrentados no processo de ensino da leitura e da escrita, bem como, as disputas entre os defensores dos métodos de alfabetização, que buscavam mostrar a eficácia de seus métodos, o quão eram inovadores e revolucionários. Sobre isso, Isabel Frade afirma que,

[...] na história das políticas de alfabetização, a discussão de métodos foi e tem sido um dos aspectos mais polêmicos. Na trajetória de uma didática de alfabetização, ora a escolha por determinado método aparece como uma solução mágica para todos os problemas, ora acontece uma negação de sua necessidade, ocasionando desgaste ou desvalorização de práticas de sucesso baseadas nessa tradição (FRADE, 2005, p. 7).

Os métodos de alfabetização foram vistos, por longos anos, como solução para os problemas no processo do ensino. Contudo, após mudanças e perspectivas acerca da alfabetização, os métodos ganham a denominação “tradicional” do ensino, e passam a ser vistos como responsáveis pelo fracasso nesse processo.

Os métodos tradicionais da alfabetização, por muitos anos foram protagonistas deste processo, as práticas ocorriam através da repetição, memorização e com o apoio de poucos recursos, principalmente o uso de cartilhas. Segundo Soares (2003),

os professores alfabetizadores, seguindo as concepções anteriores de alfabetização, diferente da que hoje conhecemos, utilizavam-se apenas de um método, seguido à risca, bem como o uso da cartilha, que instruía o trabalho do professor detalhadamente, a cartilha, já citada anteriormente era o único recurso didático utilizado em sala de aula.

Na história da alfabetização, os métodos dividiram-se em dois grupos, os métodos sintéticos e os analíticos. O primeiro grupo privilegia as menores unidades da língua, sejam palavras, letras, sílabas, assim como prioriza a codificação e a decodificação; já o segundo grupo tem como prioridade a compreensão.

Mortatti (2006) aborda a história dos métodos de alfabetização e suas implementações no Brasil, dividindo em 4 momentos. No entanto, nos interessa, abordarmos neste ponto (Paradigma tradicional de Alfabetização) apenas 03 momentos, citados pela autora, os quais abordaram os métodos tradicionais que estiveram presente em sala de aula antes da abordagem construtivista chegar no âmbito educacional. Também buscaremos apoio em Frade (2006, 2007) para explicitar os métodos de alfabetização.

No primeiro momento, a autora contextualiza a época do fim do império brasileiro, o qual necessitava de uma organização do ensino. O funcionamento dessas escolas era precário, e só dependiam do empenho de alunos e professores, os materiais utilizados também eram precários, utilizando-se apenas das cartilhas de ABC para leitura e para a escrita, cópias de documentos. Nesta etapa, o método utilizado era de marcha sintética. Os métodos sintéticos vão da parte para o todo e privilegia as menores unidades da escrita, a letra e a sílaba, e divide-se em três métodos, alfabético, fônico e o método silábico. Cada um desses métodos tem como prioridade eleger uma unidade da língua escrita. Frade (2005) também ressalta que os primeiros métodos a serem utilizados foram de marcha sintética e que partem do pressuposto que a aprendizagem do sistema da escrita se dá a partir das unidades menores da língua escrita.

Dentre os métodos sintéticos, o mais antigo, que foi utilizado em massa até o início do século XX, foi o método alfabético (FRADE, 2005). Nesse, primeiramente ensina ao educando a menor unidade da língua escrita, as letras do alfabeto, em seguida, mostram a união das letras formando sílabas, que posteriormente serão unidas para formar palavras. Para que o aprendizado seja efetivo, este método utiliza-

se da memorização, o aluno primeiramente deveria decorar o nome de todas as letras do alfabeto, em seguida era apresentado os sinais gráficos, para relacionar o nome à letra e posteriormente aprender e decorar todas as combinações de sílabas, para depois formular palavras. Seguidamente, foi criado o método da soletração, o qual o aluno tinha que soletrar letra por letra que formulava a sílaba (Exemplo: Bê-a-bá, bê-e-bé) este método também era usado para decifrar as palavras (be-o-bo, ele-a-la = bola). Essa prática acontecia por meio de exercícios repetitivos, cansativos e sem sentido para a criança, o que prejudicava a compreensão.

O método fônico se caracteriza pela priorização da análise do som. Nesse método, ensina-se a relação da letra e o seu som, seguindo uma sequência rígida como nos afirma Frade (2007): O primeiro passo é apresentar para os alunos as vogais, depois é ensinado as consoantes, e cada fonema de cada letra, ou seja, os sons, isto porque este método respeita uma ordem, mostrando primeiro os sons mais fáceis em seguida os mais complexos. Para a formulação de sílabas e palavras, as crianças aprendem que basta apenas juntar um fonema a outro fonema.

Este método é o primeiro que trabalha a relação da fala e a escrita, uma vez que entende a escrita como o registro da fala. Com o objetivo de tornar o ensino com mais sentido para o aluno originou-se variáveis do método fônico, outras formas de apresentar o som das letras para o educando. Apresenta-se os sons das letras através de palavras significativas para o indivíduo, através de imagens relacionadas com a palavra, histórias, onomatopeias, personagens, ou seja, várias formas que possibilitasse o ensino dos sons das letras. O material usado era os livros que apresentavam o fonema das letras de forma sequencial, através de histórias ou imagens.

A partir de insatisfações relacionadas ao método alfabético ou de soletração e o fônico, surge outro método a fim de suprir as necessidades deixadas pelos métodos anteriores. Portanto, surge o método silábico, que prioriza, primordialmente, a apresentação da sílaba pronta ao educando. O método silábico se desenvolve a partir de uma apresentação sequencial da sílaba, a princípio ao aluno eram expostos os encontros vocálicos, em seguida, sílabas formadas por consoantes e vogais, este método parte do pressuposto de apresentar as sílabas mais “fáceis” para as mais “difíceis”, ou seja, a criança conhecia primeiro as sílabas canônicas e secundamente as não canônicas. A apresentação das sílabas prontas aos alunos, teriam como um

dos objetivos a formulação de palavras. Para o desenvolvimento deste método, utilizava-se também da cartilha, assim como aponta a autora:

Em várias cartilhas dos métodos silábicos geralmente são apresentadas palavras-chave, utilizadas apenas para apresentar as sílabas, que são destacadas das palavras e estudadas sistematicamente em famílias silábicas. Estas são recompostas para formar novas palavras e frases, apenas com as sílabas estudadas. (FRADE, 2007, p. 24)

Além da afirmação acima, do uso da cartilha, a autora também apresenta as variações de ensino das sílabas utilizando outro exemplo de cartilha e cita a Cartilha da infância de Thomaz Gardalho, neste exemplo as sílabas são apresentadas em diversas formas, primeiramente apresenta-se as sílabas na ordem convencional, ba, be, bi, bo, bu, depois em outra ordem, bu, bo, bi, be, ba. Apresentava-se também as palavras separadas por sílabas, além de conter exercícios com palavras e frases que também eram separadas por sílabas. Como a própria autora cita, estas atividades eram denominadas de exercícios, que se tornavam exaustivos e não proporcionam ao aluno a possibilidade de refletir e compreender o sentido das palavras.

Segundo Mortatti (2006), o segundo momento marcante da alfabetização é contextualizado, no estado de São Paulo, a partir de 1890 quando é implementado a reforma da instrução pública, bem como a reorganização da Escola Normal e da Escola Modelo e em 1986 foi criado o jardim da infância. A base para essas reformas eram os métodos de ensino, principalmente o considerado pela época como revolucionário, o método analítico. Neste período o método analítico seria inovador para o ensino da leitura era influenciado pela pedagogia norte americana, assim como aponta a autora:

Diferentemente dos métodos de marcha sintética até então utilizados, o método analítico, sob forte influência da pedagogia norte-americana, baseava-se em princípios didáticos derivados de uma nova concepção — de caráter biopsicofisiológico — da criança, cuja forma de apreensão do mundo era entendida como sincrética. (MORTATTI, 2006, p.7)

Este novo método considera a forma como a criança enxerga e apreende o mundo, ou seja, os adeptos destes métodos buscavam, adaptar-se a nova concepção de criança e também as práticas no ensino da leitura e da escrita.

Os métodos analíticos partem do pressuposto de que o ensino da leitura e da escrita devem iniciar-se pelo todo, seja pela palavra, frase ou texto, para em seguida analisar as partes, além de romper com a ideia da decifração dos métodos sintéticos.

Estes métodos tomam como unidade de análise a palavra, a frase e o texto e supõem que baseando-se no reconhecimento global como estratégia inicial, os aprendizes podem realizar posteriormente um processo de análise de unidades que dependendo do método (global de contos, sentenciação ou palavrção) vão do texto à frase, da frase à palavra, da palavra à sílaba. (FRADE, 2007, p. 26).

Diferente dos métodos sintéticos que buscavam a decifração, através das unidades menores da língua, o método analítico tem como prioridade, analisar a língua como um todo e objetiva também a compreensão. Assim como os métodos sintéticos, os métodos analíticos subdividem-se em três métodos: Método da palavrção e sentenciação, de contos ou historietas.

No Método da palavrção é apresentado ao aluno primeiramente a palavra completa, para a eleição da palavra era considerado o significado da mesma para o aluno, após a apresentação e ser apreendida por reconhecimento, seria decomposta em sílabas. Frade (2006) *apud* Gilda Rizzo Soares (1986) cita que o introdutor do método da palavrção foi Comênio; neste as palavras eram apresentadas em grupos e os alunos aprendiam por meio da visualização e a memorização da grafia. Era comum o uso de imagens relacionadas com as palavras para contribuir com a memorização da grafia. Nestas práticas, ao mesmo tempo que era incentivado a leitura inteligente, era possível o aluno analisar as letras e as sílabas das palavras. Os defensores deste método acreditavam que a memorização da palavra era algo natural do ser humano. As atividades realizadas neste método, utilizam-se de recurso, cartões com gravuras ao lado de palavras e exercícios cinestésicos para o ensino do movimento da escrita.

Método de sentenciação, com base em Frade (2006), constata-se que nesse método a sentença é eleita como a unidade de estudo. Primeiramente é apresentada a sentença para a compreensão e o reconhecimento global para posteriormente ser decomposto em palavras e por fim em sílabas. Para a autora, pouco se sabe sobre a introdução deste método no Brasil.

O Método Global dos Contos, surge mais tardiamente e a unidade principal a ser trabalhada é o texto. Para o desenvolvimento do processo de alfabetização, neste método foram utilizados os pré-livros, neles eram trabalhados textos, os quais já

podiam ser de conhecimentos dos alunos, ou até mesmo textos desconhecidos. Frade (2005) nos mostra como se desenvolviam os trabalhos com estes pré-livros:

A marcha seguida, então, com algumas variações, parte do reconhecimento global de um texto que é memorizado e "lido" durante um período, para o reconhecimento de sentenças, seguido do reconhecimento de expressões (porções de sentido), de palavras e, finalmente, de sílabas. [...] Somente após esse convívio maior com o texto é que viria uma forma de decomposição, mas com o cuidado de fragmentá-lo em parcelas maiores: primeiro a sentença, depois a palavra... (FRADE, 2005, p. 35).

No desenvolvimento das atividades realizadas neste método nota-se a preocupação em não trabalhar as menores unidades da língua de forma isolada e sem sentido para a criança, bem como, podemos observar o enfoque na memorização como meio para a aprendizagem

Segundo Mortatti (2006), o terceiro momento da alfabetização no Brasil é marcado pela autonomia didática, desencadeada pela reforma Sampaio Dória, e por urgências políticas e sociais. Neste momento ocorre por parte dos professores resistências quanto ao uso dos métodos analíticos, portanto, surge a necessidade de buscar novo métodos que promovessem mudanças na alfabetização. Assim surgem os métodos mistos ou ecléticos, uma junção dos métodos sintéticos com os analíticos, pois esta junção era considerada mais rápida e eficaz no processo de ensino da leitura e da escrita. A partir deste novo momento, cresce gradativamente a relativização da importância dos métodos

Essa tendência de relativização da importância do método decorreu especialmente da disseminação, repercussão e institucionalização das então novas e revolucionárias bases psicológicas da alfabetização contidas no livro Testes ABC para verificação a maturidade necessária ao aprendizado da leitura e escrita (1934), escrito por M. B. Lourenço Filho. Nesse livro, o autor apresenta resultados de pesquisas com alunos de 1º grau (atual 1ª série do ensino fundamental), que realizou com o objetivo de buscar soluções para as dificuldades de nossas crianças no aprendizado da leitura e escrita. (MORTATTI, 2006, p. 8).

Esse estudo foi realizado por M. B. Lourenço Filho e tinha como objetivo medir o nível de maturidade da criança para o aprendizado da leitura e da escrita, para poder classificar as crianças e dividi-las em classes hegemônicas, para garantir o aprendizado com mais eficácia. Decorrente desta relativização da eficácia dos métodos de alfabetização que eles passaram a serem considerados tradicionais.

2.2 Paradigma Construtivista da alfabetização

No início da década de 1980, é inserido no Brasil o pensamento construtivista sobre a alfabetização. Segundo Mortatti (2006), este ideário construtivista surge como aporte teórico para contribuir no combate ao fracasso escolar, especialmente no processo de alfabetização de crianças, uma vez que na década de 80 surgem novas urgências para as mudanças na educação.

O construtivismo, como abordagem psicológica sobre o conhecimento humano, teve início na década 1920, por Jean Piaget, Biólogo suíço, que por meio dos seus estudos acerca da construção do conhecimento, da aprendizagem, do desenvolvimento cognitivo, tornou-se um dos precursores e um dos maiores representantes do pensamento construtivista, e de fundamental importância para os estudos nessa área no âmbito educacional. Aqui não buscamos trazer um conceito definido e acabado do Construtivismo, mas, podemos dizer, com base em Rossler (2000), que a identidade do ideário construtivista, configura-se como um ideário filosófico, psicológico e educacional. O autor também afirma que a definição do construtivismo é uma problemática até mesmo para os próprios construtivistas.

Como já citado anteriormente, o surgimento do construtivismo no Brasil iniciou-se na década de 80, e nos foi apresentado por Emília Ferreiro¹, psicóloga e pesquisadora argentina, foi orientanda e seguiu as linhas de pesquisas iniciadas por Piaget, e juntamente com seus colaboradores, realizaram pesquisas acerca da construção da língua escrita, assim, originando a obra, *Psicogênese da Língua Escrita*, obra esta que trouxe grandes contribuições para o âmbito educacional que permitiu, pesquisadores e professores compreender acerca da construção da aprendizagem do aluno.

Nesse livro, são encontrados resultados de pesquisa acerca do processo de aquisição da língua escrita por parte de crianças, os quais podem contribuir para a compreensão do modo pelo qual esse processo complexo acontece. Tal compreensão é importante, sobretudo, para professores e psicólogos, público a que se destina preferencialmente o livro. (MELLO, 2007, p. 4)

¹ Emília Beatriz Ferreiro Shavi, é uma pesquisadora e escritora, Argentina, na área da psicolinguística e foi orientanda de Jean Piaget. A partir dos seus estudos e pesquisas buscou compreender como é o processo de aprendizagem infantil da leitura e da escrita. Suas pesquisas são de grande importância para a área da alfabetização.

Com a chegada do pensamento construtivista sobre a alfabetização no Brasil, ocorreram mudanças nos debates acerca da alfabetização. O construtivismo surge como uma “revolução conceitual” que visa contribuir com um novo paradigma da alfabetização. O enfoque passa a ser o processo de aprendizagem da criança, ou seja, os debates acerca dos métodos de alfabetização e sua eficiência não seriam mais o foco dos estudos e pesquisas. A partir disto surge o que Mortatti denominou de período de desmetodização da alfabetização, com críticas acerca do uso da cartilha. Diante destas mudanças, Mortatti afirma que:

A partir de então, verifica-se, por parte de autoridades educacionais e de pesquisadores acadêmicos, um esforço de convencimento dos alfabetizadores, mediante divulgação massivas de artigos, teses acadêmicas, livros e vídeos, cartilhas, sugestões metodológicas, relatos de experiências bem sucedidas e ações de formação continuada, visando a garantir a institucionalização, para a rede pública de ensino, de certa apropriação do construtivismo. (MORTATTI, 2006, p. 10)

No entanto, com toda a divulgação de estudos acerca das teorias construtivistas para a educação, o construtivismo não surge com a finalidade de ensinar como ensinar, não se apresenta como um método, e sim como uma nova mudança de perspectiva da alfabetização, proporcionando a reflexão de como a criança aprende e como constrói o conhecimento e possibilitando aos educadores a construção de uma nova visão acerca do aluno e do processo de alfabetização. FRADE (2006) nos mostra alguns pontos que enfatizam as mudanças trazidas por esta teoria decorrentes dos estudos de Ferreiro e Teberosky:

Interpretando os desdobramentos dessa teoria, podem-se ressaltar alguns princípios básicos que levariam o professor a ter outra postura perante o aluno. O aprendiz é visto como um sujeito que: tem acesso à escrita na sociedade antes de passar por um processo sistemático de ensino na escola; tem um processo lógico de pensamento, de modo que cada “erro” de escrita que produz indica uma hipótese sobre o conteúdo do sistema alfabético de escrita; constrói conhecimentos em situação espontânea, desde que conviva com o sistema de escrita e obtenha algumas informações sobre seu funcionamento. (FRADE, 2005, p. 40)

Como mostra a autora, o construtivismo trouxe para o âmbito educacional brasileiro uma nova concepção acerca da alfabetização e dos sujeitos inseridos neste processo, os alunos, promovendo novas reflexões acerca do processo de aquisição de aprendizagem destes sujeitos. A partir dos estudos das autoras supracitadas, Ferreiro e Teberosky, o aluno passa a ser visto como um sujeito que possui uma

bagagem de conhecimentos prévios, que constrói o seu conhecimento e que o professor deve valorizar os conhecimentos e as experiências que estes alunos já possuem. O aluno, de acordo com esta teoria, passa a ser o protagonista do processo de alfabetização e o professor um mediador entre o aluno e o conhecimento.

O conhecimento, com base na teoria construtivista, não deve ser algo dado, pronto e acabado ao aluno. Frade (2005) ressalta que as pesquisas desenvolvidas por Ferreiro e Teberosky, proporcionaram a compreender que a escrita não é apresentada para a criança pela escola, pois a criança convive em uma sociedade grafocêntrica e o seu contato com o mundo da escrita inicia-se antes mesmo de sua inserção na escola. E no momento que o sujeito conviva com as palavras, questione e faça uso do mesmo está vivenciando momentos de aprendizagem.

Como citado anteriormente, as ideias construtivistas foram difundidas no Brasil, por meio de artigos, teses, pesquisas entre outros meios. “E tem-se, hoje, a institucionalização, em nível nacional, do construtivismo em alfabetização, verificável, por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), dentre tantas outras iniciativas recentes.” (MORTATTI 2006, p.11). As pesquisas realizadas por Ferreiro no campo da língua escrita, impactaram fortemente a educação brasileira, influenciando nos referenciais educacionais da educação infantil e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

No início dos anos 80, começaram a circular, entre educadores, livros e artigos que davam conta de uma mudança na forma de compreender o processo de alfabetização; deslocavam a ênfase habitualmente posta em como se ensina” e buscavam descrever — como se aprende —. Tiveram grande impacto os trabalhos que relatavam resultados de investigações, em especial a psicogênese da língua escrita (BRASIL, 1997, p. 21).

Com a inserção dos trabalhos realizados pelas autoras em documentos referências para educação podemos constatar o quão o construtivismo trouxe impactos para a educação, nas décadas de 1980 e 1990, por servir de aporte teórico que pudessem vir a contribuir com as mudanças que eram necessárias para educação com a finalidade de combater aos níveis de analfabetismo presente em crianças inseridas no ciclo de alfabetização. Para além, constata-se também as contribuições das pesquisadoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky, nas mudanças conceituais acerca da alfabetização.

Dada a importâncias das pesquisas de Ferreiro e Teberosky para a alfabetização, seguindo uma linha construtivista, se faz necessário ressaltar, de forma

breve, as descobertas das pesquisadoras acerca dos níveis de alfabetização da língua escrita da criança, a qual foram divulgadas através da obra psicogênese da língua escrita, obra esta já citada no decorrer deste trabalho. Moreira (2014) traz uma breve explanação dos níveis apresentados pelas autoras:

Consoante à Psicogênese da Língua Escrita (1985), toda criança em idade de alfabetização, passa por quatro fases distintas para completar o ciclo de alfabetização: Fase pré-silábica: é aquela em que a criança não consegue relacionar as letras com os sons da língua falada; Fase silábica: ocorre quando o miúdo interpreta a letra à sua maneira, atribuindo valor de uma sílaba a cada uma das letras; Fase silábico-alfabética: é aquela em que a criança mistura a lógica da fase anterior, com a identificação de algumas sílabas e, por fim, a fase alfabética: que é quando, então, o miúdo domina as letras e as sílabas e consegue realizar a leitura. (MOREIRA, 2014, p. 13)

Com base nos níveis apresentados por meio da pesquisa já citada, é possível o professor trabalhar de acordo com a necessidade do aluno, uma vez que este é o ponto de partida para o trabalho realizado no desenvolvimento da alfabetização, conseguir identificar a nível da escrita que o aluno está desenvolvendo permite que o educador elabore estratégias que possam contribuir neste processo, ou seja, trabalhar de acordo com base na teoria construtivista, sendo um mediador entre o aluno e conhecimento, permitindo que aluno construa o conhecimento através de elaboração hipóteses, de seus erros e acertos.

Mortatti (2006) cita que no percurso da hegemonização do construtivismo, surge uma nova tradição, a desmetodização da alfabetização, que ocorre decorrente deste novo cenário proporcionado pelo construtivismo, que traz o foco para o aluno e como este aprende a língua escrita, e gerando uma sensação de não haver a necessidade de uma organização didática, “tendo-se criado um certo ilusório consenso de que a aprendizagem independe do ensino.” (MORTATTI, 2006, p. 11). Para alguns estudiosos, a desmetodização da alfabetização nesse período trouxe desvantagens para a alfabetização, portanto, contribuindo com o fracasso escolar, apesar das mudanças conceituais trazidas para a alfabetização.

3 LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO: UM NOVO PARADIGMA?

Ao longo da história da humanidade e da sociedade, podemos observar as grandes transformações sociais. O modo de organização, as relações e comportamentos do homem, a natureza e as instituições sociais constantemente sofrem mudanças. Estas transformações que ocorreram, ainda ocorrem constantemente, emergem da necessidade de a sociedade adaptar-se sempre ao novo, às novas maneiras de viver e de nos organizarmos. No âmbito educacional, não é diferente, ao longo dos anos a educação passou por diversas mudanças, aqui nos referimos especialmente ao processo de alfabetização, que passou por inúmeras mudanças conceituais. Ao conhecermos a história da alfabetização é possível perceber que esta é uma área que possui sempre o seu conceito em movimento e este conceito muda para atender sempre aos anseios da sociedade, seja como forma de garantir os direitos civis oferecendo educação de qualidade ou como preparação das gerações com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Ao fazermos um breve resgate de alguns marcos da alfabetização no Brasil, podemos ver o surgimento dos métodos de alfabetização, que ao longo da história foram denominados como tradicionais e a inserção da teoria construtivista na alfabetização “o construtivismo se apresenta, não como um método novo, mas como uma “revolução conceitual” (MORTATTI 2006, p. 10). Bem como, a chegada de um novo conceito, o de Letramento.

O conceito de letramento chega ao Brasil, na década de 80, juntamente com as mudanças conceituais acerca da alfabetização, o qual teve influências do construtivismo. Antes a alfabetização era vista como o processo de ensinar o sujeito a codificar e decodificar a língua escrita. Este pensamento em relação à alfabetização estava atrelado ao campo metodológico, ou seja, aos métodos tradicionais da alfabetização, assim como foram designados. Após os estudos da psicolinguística e da psicologia, em relação a alfabetização, este processo foi revestido de novos significados, antes este processo tinha como objeto principal os métodos de ensino, em seguida passou a ser os processos cognitivos, portanto o foco é como o aluno constrói o aprendizado da língua escrita. Esta nova concepção da alfabetização, no Brasil, foi influenciada pelos estudos na psicolinguística realizados por Emília Ferreiro,

Ana Teberosky. As contribuições trazidas pelas pesquisadoras citadas, puderam nos mostrar que a alfabetização inicia muito antes da inserção do sujeito na escola. "A aprendizagem da leitura, entendida como o questionamento a respeito de natureza, função e valor desse objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. (FERREIRO; TEBEROSKY 1991).

Podemos com base nesta afirmação refletimos então, onde começa o processo de alfabetização. Desde o nascimento o sujeito está imerso em uma sociedade cercada pela língua escrita. A escrita faz parte de inúmeros momentos do nosso cotidiano, integra a nossa realidade e diversas ações. Simples atividades do nosso dia a dia, como ir ao mercado, com uma lista de compras, análises das embalagens dos produtos que buscamos, ler bulas de remédios, ler o noticiário no jornal, na internet, leituras de outdoor, placas de trânsito, ir ao banco, entre tantas outras atividades rotineiras na qual a escrita integra. São atividades simples que fazemos automaticamente, mas, para conseguirmos a dominar a escrita e a leitura no nosso cotidiano passamos por um longo processo de aquisição de conhecimentos, e que ainda passaremos, pois, vivemos em uma sociedade em constante evolução, onde a tecnologia e os dispositivos eletrônicos estão cada vez mais modernos e atualizados e precisamos nos atualizar juntamente com essas tecnologias para conseguirmos dominá-las.

Para conseguirmos realizar atividades no nosso cotidiano que envolvam a leitura e a escrita, primeiramente devemos dominar o ato de ler escrever, e para tanto, devemos passar pelo processo de alfabetização, no qual o sujeito, adquire a aprendizagem inicial da língua escrita, e para utilizar a leitura e a escrita no contexto social, o sujeito deve ser letrado. Ou seja, como diz Soares:

O que poderíamos chamar de acesso ao mundo da escrita – num sentido amplo – é o processo de um indivíduo entrar nesse mundo, e isso se faz basicamente por duas vias: uma, através do aprendizado de uma “técnica”. Chamo a escrita de técnica, pois aprender a ler e a escrever envolve relacionar sons com letras, fonemas com grafemas, para codificar ou para decodificar. Envolve, também, aprender a segurar um lápis, aprender que se escreve de cima para baixo e da esquerda para a direita; enfim, envolve uma série de aspectos que chamo de técnicos. Essa é, então, uma porta de entrada indispensável. A outra via, ou porta de entrada, consiste em desenvolver as práticas de uso dessa técnica.(SOARES, 2003, p.1).

De acordo com a autora, para adentrarmos no mundo da escrita o sujeito deve passar pelos dois processos, a alfabetização e o letramento, neste caso são dois processos, porque são conceitos distintos. A alfabetização é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve a capacidade de ler e escrever, ou seja, ele domina a língua escrita. O letramento é o processo, onde o sujeito desenvolve a capacidade de utilizar o código, ou seja, a leitura e a escrita, nas práticas sociais.

Apesar do letramento e a alfabetização serem dois processos distintos, são também processos indissociáveis, portanto, devem ser trabalhados lado a lado. Soares afirma:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema–grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2004, p. 14).

O que podemos considerar em relação a fala da autora é: Não é preciso alfabetizar uma criança para depois inserir no processo de letramento, não é necessário que a criança primeiro aprenda a ler as palavras, bolo, farinha, leite, ovo e açúcar, para depois conhecer o que de fato é uma receita e qual a sua utilidade, alfabetização não é pré-requisito para o letramento. É necessário a criança compreender por qual razão ela está aprendendo a decodificar tais palavras. É importante compreender que a leitura e a escrita são usuais e fazem parte do nosso cotidiano. E que dominar a tecnologia escrita, termo utilizado por Soares, é de suma importância para as práticas do cotidiano e para sermos indivíduos atuantes na sociedade.

É oportuno enfatizar que um indivíduo possa ser letrado e não ser alfabetizado. Um sujeito que não domina a leitura e a escrita é considerado analfabeto, no entanto, quando este mesmo sujeito vive em um contexto cercado pelas palavras e tem interesse em aprender, em manter-se informado, buscando meios de atualizar-se e até mesmo faz o uso de gravuras para ações sociais, assim interpretar uma

sinalização de trânsito, uma placa indicando área de perigo, área restrita e entre outros, este pode ser considerado letrado. A criança que também ainda não passou pela institucionalização escolar, mas que convive em um ambiente que a integre em atividades que envolvem o ler, escrever e comunicar-se, também pode ser considerada letrada e isso podemos constatar na fala de Kleiman:

Uma criança que compreende quando um adulto lhe diz "Olha o que a fada madrinha trouxe hoje!" está fazendo uma relação com um texto escrito, o conto de fadas. Assim, ela está participando de um *evento de letramento* (porque já participou de outros, como o de ouvir uma estorinha antes de dormir); também está aprendendo uma prática discursiva ilustrada, e, portanto, essa criança pode ser considerada letrada mesmo que ainda não saiba ler e escrever. (KLEIMAN, 1995, p. 18)

A partir da fala da autora, podemos constatar a importância de um ambiente que possibilite o contato das crianças com a leitura e a escrita e que esta mesma seja incentivada a aprender, informar-se e realizar pequenas tarefas cotidianas a partir da leitura e da escrita. A Base Nacional Comum Curricular, defende o letramento em todas as fases do ensino, assim como os multiletramentos e o uso dos diversos tipos de gêneros textuais, que fazem parte do cotidiano do aluno e que possibilite o ensino da leitura e da escrita para o uso social. Portanto, pode-se compreender o quão é imprescindível um ambiente que motive e incentive o aprendizado e o uso da língua escrita e oralizada.

É de suma importância para o desenvolvimento da criança que ela esteja inserida em um contexto permeado pela cultura escrita. Conviver com os diversos meios de leitura e escrita, seja na escola ou em qualquer outra instituição que utilize do código escrito para as atividades sociais, contribuirá com a aquisição da língua e na capacidade de colocar em prática na sociedade.

Compreender que não basta apenas codificar e decodificar o código para que o sujeito possa viver de forma atuante na sociedade foi algo que o letramento agregou e possibilitou mudanças paradigmáticas na alfabetização. Não podemos negar as contribuições que o letramento trouxe para este processo, no entanto o conceito de letramento também foi interpretado de maneiras equivocadas, Soares (2003) relata que com a chegada do letramento no Brasil, a alfabetização foi diluída neste processo e perdeu a sua especificidade. Ainda de acordo com o pensamento da autora, a alfabetização é algo que precisa ser trabalhado sistematicamente e progressivamente

juntamente com o letramento e esquecer o quão o processo da alfabetização é específico foi um erro causado pela má interpretação do Letramento.

Acrescente-se a esses equívocos e falsas inferências o também falso pressuposto, decorrente deles e delas, de que apenas através do convívio intenso com o material escrito que circula nas práticas sociais, ou seja, do convívio com a cultura escrita, a criança se alfabetiza. A alfabetização, como processo de aquisição do sistema convencional de uma escrita alfabética e ortográfica, foi, assim, de certa forma obscurecida pelo letramento, porque este acabou por freqüentemente prevalecer sobre aquela, que, como consequência, perde sua especificidade. (SOARES, 2004 p. 11).

Apesar das más interpretações acerca do letramento, é inegável as contribuições deste para o processo de alfabetização. Com a chegada do letramento o processo de alfabetização deixou de ser apenas um processo pelo qual o sujeito aprende a ler e escrever, o aprendizado deste passou a ser indispensável para que o indivíduo atue na sociedade de maneira eficiente e autônoma.

Em outras palavras: do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever - alfabetizar-se, deixar de ser analfabeto, tornar-se alfabetizado, adquirir a "tecnologia" do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita - tem consequências sobre o indivíduo, e altera seu estado ou condição em aspectos sociais, psíquicos, culturais, políticos, cognitivos, linguísticos e até mesmo econômicos; do ponto de vista social, a introdução da escrita em um grupo até então ágrafo tem sobre esse grupo efeitos de natureza social, cultural, política, econômica, linguística (SOARES, 2009 p.17)

De acordo com Soares (2009), a aquisição do código escrito, traz impactos em diversos aspectos da vida social.

A escola desempenha um papel fundamental na vida do sujeito, é essencial que este viva em um contexto que incentive as práticas de leitura e escrita, para além da escola, mas esta instituição em foco é indispensável, é neste ambiente que a criança convive de forma mais íntima com as palavras, e onde o professor desempenha o papel de mediador entre o conhecimento e o educando. A partir das transformações conceituais que a alfabetização passou, o desenvolvimento do processo de alfabetizar foi agregado ao conceito de letramento. Mas como a escola pode desempenhar este papel de alfabetização e letramento? Primeiramente reconhecer que a criança é um ator social, são seres singulares, possui conhecimentos prévios e os constrói a partir de experiências, compreender que os pequenos aprendem de forma distintas e em ritmos diferentes, ademais é necessário levar em consideração a realidade da criança e as suas necessidades. O educando

nos anos iniciais de escolarização não chega nesse espaço sem nenhum saber e não deve ser visto como um mero receptor de informações e conhecimentos, e o educador deve promover uma prática em sala que envolva o aluno no processo do ensino e compreenda o que ela necessita.

É necessário que a prática escolar esteja voltada em compreender a realidade do aluno, portanto, fazer a relação do que se ensina em sala com as vivências dos pequenos fora da escola, o ensino deve ser significativo para o aluno. O ambiente alfabetizador deve dispor com os mais diversos materiais que envolvam a leitura e a escrita tanto dentro e fora da escola, bem como realizar leituras de histórias infantis, músicas proporcionar a aproximação da criança com a maior diversidade de gêneros textuais possíveis, como: poemas, receitas, noticiários, rótulos de embalagens, placas de sinalização, anúncios entre tantos outros, assim como trabalhar com os recursos digitais que estão tão presente no cotidiano de alguns pequenos. A escola também é espaço que oferece oportunidades para ouvir a voz dos pequenos, são seres criativos, que questionam, aprendem e ensinam. Ressalta-se aqui que todas as ações citadas devem ser trabalhadas didaticamente, sistematicamente e progressivamente, e de acordo com a especificidade que se exige no período da alfabetização.

O Letramento ampliou o conceito de Alfabetização, proporcionou mudar as perspectivas acerca deste processo e do impacto da língua escrita para a realidade do indivíduo, bem como a ressaltar a sua importância. trouxe mudanças para as práticas pedagógicas, oportunizou que educadores realizem suas aulas de maneira significativa para seu aluno, além de trazer uma nova visão deste indivíduo. por tanto trazendo um novo paradigma para a educação para alfabetização.

4 ALFABETIZAÇÃO E OS PROGRAMAS FEDERAIS

Numa análise histórica de políticas públicas de alfabetização no país constatamos que é a partir dos finais dos anos 1990, que se investiu nesta área, com implementações de formação continuada para professores alfabetizadores visando subsidiar a prática docente. Deste modo, os Programas foram elaborados com base nos conhecimentos teóricos metodológicos de alfabetização e letramento que vem sendo construído nos últimos anos.

Em 2001 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), que teve como objetivo oferecer aos professores alfabetizadores das escolas públicas do país algumas condições técnicas fundamentais para a difusão de conhecimento didático em Alfabetização e desenvolver competência profissional necessária ao professor que ensina a ler e a escrever (MEC, 2001). Em de 2012 criou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) garantindo a formação continuada de professores alfabetizadores da rede pública de todo o país, de modo a assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Esse Programa foi extinto em 2018, quando se muda a filosofia de apoio aos alfabetizadores, passando-se a investir no apoio ao professor com a inserção de um auxiliar de alfabetização em sala de aula, por meio do Programa Mais alfabetização, que depois foi substituído pelo Programa Tempo de Aprender, implantado no governo atual. Nos tópicos que seguiremos detalharemos mais estes últimos Programas, objeto de análise neste trabalho.

4.1 Programa Mais Alfabetização

O Programa Mais Alfabetização é uma estratégia criada pelo Ministério da Educação (MEC) através da portaria nº 142 de 22 de fevereiro de 2018, e tem o apoio do Conselho Nacional de Secretaria de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME), visando fortalecer as instituições de ensino no processo de alfabetização. O programa tem o objetivo de desenvolver os níveis de leitura, escrita e matemática, dos alunos matriculados no 1ª e 2ª ano do ensino fundamental, ou seja, no ciclo de alfabetização. Portanto, o programa visa

fortalecer e apoiar as instituições de ensino no processo de alfabetização nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

O anunciado Programa foi criado a partir dos resultados obtidos pela prova ANA (Avaliação Nacional de Aprendizagem) quando foi constatado os baixos níveis de Alfabetização de crianças matriculadas no 3º ano do ensino fundamental. Logo, o programa surgiu como uma estratégia para reverter estes baixos níveis de alfabetização, para assegurar que os alunos cheguem ao 3º ano do ensino fundamental, dominando a leitura, escrita e alfabetizada matematicamente. O Programa é voltado especialmente para os alunos que estão matriculados no primeiro e segundo ano do ensino fundamental, pois está fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (2017), na qual diz que toda ação pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser voltada para alfabetização.

Segundo o Programa, o aluno deve ser considerado alfabetizado em língua portuguesa, ao compreender o sistema alfabético de escrita, ter autonomia de leitura e escrita e criar estratégias de compreensão e produção textual. Para ser considerado alfabetizado em Matemática o aluno precisa aprender a raciocinar e resolver problemas em diferentes contextos utilizando conceitos e procedimentos matemáticos.

O Programa reconhece que os sujeitos aprendem de maneiras e ritmos diferentes, assim sendo, promove que os alunos tenham um acompanhamento diferenciado para que possam superar os desafios encontrados no processo de aprendizagem, bem como compreende que a alfabetização é a base para adquirir outros conhecimentos. Sem dúvidas a alfabetização tem um grande importância na vida do sujeito, decodificar e codificar tem a sua importância, mas, é necessário pensar em uma alfabetização em uma perspectiva do letramento, onde o sujeito pode passar por esse processo de aquisição da linguagem escrita e da escrita, convivendo com os mais diversos tipos de conhecimento, é trazer a leitura e escrita para a realidade da criança, sem precisar primeiro alfabetizar para depois conviver com a cultura escrita em outros contexto, assim como nos afirma Soares (2003):

Não é preciso primeiro aprender a técnica para depois aprender a usá-la. E isso se fez durante muito tempo na escola: “primeiro você aprende a ler e a escrever, depois você vai ler aqueles livrinhos lá”. Esse é um engano sério, porque as duas aprendizagens se fazem ao mesmo tempo, uma não é pré-requisito da outra. (SOARES, 2003 p.2)

O que nos diz Soares é sobre a importância de letramento e alfabetização está lado a lado, a importância de inserir os alunos em contextos alfabetizadores reais que façam que os alunos sintam e percebam a escrita e a leitura como instrumentos para o meio social.

O programa além de ser fundamentado na BNCC também é orientado por diretrizes, são apresentadas pelos documentos oficiais do Programa 10 diretrizes que visam orientar e assegurar o desenvolvimento do Programa, bem como promover a melhoria da alfabetização nas escolas, viabilizar que escolas vulneráveis tenham atendimentos que possam suprir suas necessidades, estipular monitoramento e avaliar o impacto do Programa na aprendizagem dos estudantes, a fim de garantir aperfeiçoamento do mesmo.

Para contribuir com o processo de alfabetização, o Programa tem como uma de suas ações a inserção de um assistente de alfabetização em sala de aula no período regular, o qual tem como um dos seus objetivos auxiliar o professor alfabetizador neste processo. O tempo que o assistente alfabetizador permanece em sala é determinado pela vulnerabilidade da escola, assim como diz a apresentação do programa no portal do Ministério da Educação. As escolas que apresentaram 50% dos estudantes, que participaram da avaliação SAEB/ANA, com níveis de alfabetização insuficientes em leitura, escrita e matemática, bem como apresentam o nível socioeconômico muito baixo são consideradas vulneráveis. Além disso, é determinado pela vulnerabilidade da escola, os recursos financeiros destinados para a execução do Programa, recursos estes que foram ofertados pelo Ministério da Educação.

As escolas deviam aderir ao programa de forma voluntária, sendo que essa adesão era realizada pela Secretária de Educação a qual indicava as escolas que necessitavam do apoio do Programa Mais Alfabetização. No ato de adesão, o professor alfabetizador devia comunicar a Secretária de Educação acerca da necessidade do assistente alfabetizador em sala de aula. O custeio dos materiais utilizados nas atividades e os custos com transporte e alimentação do assistente alfabetizador foi por meio do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). O assistente alfabetizador devia permanecer em sala de aula durante 5 ou 10 horas semanais, as escolas que se apresentavam vulneráveis contavam com a presença do assistente de alfabetização por 10 horas semanais.

O mapa operacional do Programa, mostra o que compete a cada um dos atores do PMALFA bem como as competências do Ministério da Educação, dos Estados e Municípios. Fica a competência dos entes federados a seleção dos assistentes de alfabetização, que eram denominados como voluntários, mas que fossem estudantes de pedagogia, magistérios ou professores da alfabetização. A remuneração em caráter de bolsa, para custear o transporte e sua alimentação. Isso nos remete a desvalorização do trabalho docente, uma vez que estes assistentes, desempenham os planejamentos das aulas e executam juntamente com o professor alfabetizador. No entanto, mesmo acontecendo em um período curto, o trabalho do assistente não era devidamente remunerado, assim seu trabalho não era valorizado.

Quanto às formações, competia aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios promovê-las para professores alfabetizadores e assistentes de alfabetização. No inciso 4 do capítulo I, da portaria de lançamento do programa, se afirma que a formação para os profissionais da alfabetização se torna indispensável, mas não informa como ocorriam essas formações.

Sobre o que competia ao Professor Alfabetizador, o Programa indica que é planejar, desenvolver e organizar as atividades em sala de aula, articular as ações do Programa visando a alfabetização das crianças inseridas no ciclo de alfabetização, informar acerca das atividades desenvolvidas e monitorar o trabalho do assistente de alfabetização e integrar as atividades do Programa no PPP da escola.

Já ao assistente de alfabetização competia a realização das atividades com a supervisão do professor e da coordenação, apoio nas atividades visando a alfabetização das crianças regularmente matriculadas no 1º e 2º ano, participar dos planejamentos das atividades juntamente com a coordenação do Programa na escola, cumprir com a carga horária, monitorar a frequência dos alunos, elaborar relatórios com os conteúdos trabalhados e as atividades desenvolvidas, acompanhar o sistema de monitoramento o PMALFA/CAEd digital para o cadastramento das atividades realizadas, cumprir com responsabilidade as suas obrigações dos Programa e participar das formações indicadas pelo MEC.

Em síntese, o Programa Mais Alfabetização foi criado no intuito de trazer melhorias para a alfabetização no Brasil. A sua adesão não era obrigatória, O Ministério da Educação informava que as escolas tinham o poder de escolha, e assim tornam-se responsáveis por aderirem aos programas, ou seja, tornam-se

responsáveis pela melhoria da alfabetização dos alunos inseridos na escola. O programa trata os problemas que cercam a alfabetização de forma reducionista, de forma que apenas a assistência na alfabetização em sala de aula, por um pequeno tempo pré-determinado, conseguirá combater os baixos níveis de alfabetização, ignorando a realidade de tantos alunos, seu contexto social, cultural e econômico.

4.2 Programa Tempo de Aprender

O programa Tempo de Aprender, foi criado pelo Governo Federal e lançado no dia 19 de fevereiro de 2020, através da Portaria nº. 280 (Brasil, 2020), pelo Ministério da Educação. O referido Programa está em desenvolvimento atualmente e integra a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que surgiu como um esforço do Ministério de Educação para melhorar o processo de alfabetização no país, o qual, “busca elevar a qualidade da alfabetização e combater o analfabetismo em todo o território brasileiro”. (BRASIL, 2020). Portanto, o Tempo de Aprender, visa a melhoria da qualidade da alfabetização no Brasil seguindo as diretrizes da política educacional já citada, a PNA e “prevê a aplicação de práticas baseadas em evidências científicas nacionais e internacionais, com ênfase na ciência cognitiva da leitura e na neurociência.” (NOGUEIRA; LAPUENTE 2021).

O Tempo de Aprender é um programa abrangente, que visa atender não só apenas o processo de alfabetização em sala de aula, portanto:

o programa realiza ações que atuam no sentido de aprimorar a formação pedagógica e gerencial de docentes e gestores; disponibilizar materiais e recursos baseados em evidências científicas para alunos, professores e gestores educacionais; aprimorar o acompanhamento da aprendizagem dos alunos, por meio de atenção individualizada; e valorizar os professores e gestores da alfabetização. (Brasil, 2020, p. 1).

Para atender as demandas do Programa, o mesmo encontra-se organizado em quatro eixos, que objetivam desenvolver distintas ações.

I Eixo: Formação continuada de profissionais da alfabetização; Visa oferecer formação continuada para professores alfabetizadores e da educação infantil, presencial e on-line e também para gestores da alfabetização. Dentre os cursos de formação continuada para os professores, estão o curso on-line, Práticas de alfabetização e Alfabetização Baseada na Ciência. Para além, oferece à professores

selecionados o programa de intercâmbio, “Desenvolvimento Profissional de Professores alfabetizadores, em Portugal” (BRASIL, 2020)

II Eixo: Apoio pedagógico e gerencial para a alfabetização: Este segundo eixo disponibiliza para os professores recurso para a prática docente. É disponível no site do Governo federal na página voltada para a PNA e o programa Tempo de aprender dois ebooks, um com estratégias de ensino e outro com atividades e para além, vídeos que demonstram como reproduzir os sons das letras do alfabeto. Também é disponibilizado o SORA (Sistema On-line de Recursos para Alfabetização) e o grapho games, aplicativo com jogos educacionais O Programa também disponibiliza recursos financeiros, do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) para a alfabetização, e o PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) para a educação infantil e para os anos iniciais.

III Eixo: Aprimoramento das avaliações da alfabetização: tem como objetivo aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e aplicação de diagnóstico de fluência em leitura.

IV Eixo: Valorização dos profissionais da alfabetização, por meio da instituição de premiação para professores alfabetizadores. Objetiva premiar os profissionais da alfabetização, por seus desempenhos no trabalho.

É pertinente para os objetivos deste trabalho dar ênfase para a formação de professores alfabetizadores e professores do último ano da educação infantil e os recursos voltados para a prática docente.

A primeira formação é ofertada em formato *on-line*. O curso, Práticas de alfabetização, o qual vem sofrendo críticas por parte de alguns estudiosos. Durante a análise do curso, é perceptível que o Programa em consonância com a PNA, elenca apenas um método de alfabetização a ser trabalhado em sala de aula: o fônico, do qual apresentamos um resumo neste trabalho. Não queremos aqui afirmar que este método não contribui com o aprendizado, mas com base em estudos feito anteriormente acerca da história da alfabetização foi possível constatar que apenas o uso de um único método de alfabetização, pode não atingir as necessidades de todos os alunos. Assim como cita Frade:

Pensar num método rígido sem pensar na criança e no seu modo de aprender e sem pensar a complexidade da cultura escrita na sociedade, representa um desconhecimento do que as pesquisas atuais trouxeram para a área e a

redução do problema da alfabetização a apenas uma de suas dimensões. (FRADE, 2005, p. 8).

Eleger apenas um método como salvador de todos os problemas da alfabetização é não pensar no aluno como um sujeito em constante construção, evolução, que é ativo e na sociedade; é enxergá-lo apenas como um mero receptor de informações, não valoriza seus conhecimentos prévios, suas experiências e sua bagagem cultural.

Outro ponto que precisa ser ressaltado são as atividades mecânicas e técnicas que são indicadas através do curso Práticas de alfabetização aos professores, e podem ser adaptadas para a realidade da turma. No entanto, são atividades que não envolvem a criança em práticas sociais da leitura e escrita .

O ato de alfabetizar com práticas de leitura e escrita com textos reais utilizados no cotidiano do aluno são contribuições que o conceito de letramento proporcionou para o campo da alfabetização. Portanto, o uso de apenas um método, no caso do Programa Tempo de Aprender, esse busca trabalhar apenas com o método fônico² em sala de aula, bem como basear-se apenas nos estudos científicos e da neurociência afirma-se a desvalorização de todo o conhecimento teórico desenvolvido durante décadas sobre a alfabetização. Seria um retrocesso? Devemos retornar para onde não deu certo? Soares (2003, p. 6) diz que “voltar para o que já foi superado não significa que estamos avançando. Avançamos quando acumulamos o que aprendemos com o passado, juntando a ele as novidades que o presente traz”.

A formação presencial ocorre por meio do modelo de multiplicadores, segundo o Art.17. da portaria de lançamento do programa, “o modelo de multiplicadores a que se refere o art.16 desta portaria consiste em uma rede federal de assistência para a formação de professores alfabetizadores e da Educação infantil, instituída por normativos específico e em redes locais estabelecida pelos entes aderentes”(BRASIL, 2020, p. 3)

² [...] o método fônico busca o desenvolvimento de atividades metafonológicas e o ensino das correspondências grafofonêmicas, com o intuito de possibilitar à criança a aquisição de leitura e escrita competentes. A alfabetização fônica é composta pela combinação de exercícios de desenvolvimento da consciência fonológica e de ensino de correspondências entre grafemas e fonemas. Já o método silábico tem como base sílabas prontas, que se combinam para formar palavras. Este método apresenta primeiro a palavra para dela retirar as sílabas. No início, apresentam-se a forma e o nome das vogais. Em seguida, combinam-se as vogais, formando ditongos e tritongos. Passa-se a seguir pela combinação das vogais com uma das consoantes. (MEDEIROS & OLIVEIRA, 2007, p. 02).

Esta rede de assistência é capacitada, pedagogicamente e metodologicamente pelo Ministério da Educação para conduzir as formações, em seguida esta rede formam novos professores das regiões aderentes, depois, estes professores vão conduzir as formações para apenas um professor de cada escola, que posteriormente realizará a formação com os professores das escolas que aderirem ao programa. Percebe-se que estas formações acontecem em muitas etapas e provavelmente pode demorar para ocorrer, podendo correr o risco de muitos professores participantes do programa desconhecerem as diretrizes do mesmo, assim conduzindo uma prática sem conhecê-la.

Para além do curso em formato on-line, que faz parte do primeiro eixo do Programa, também é disponibilizado para os professores recursos pedagógicos, estes fazem parte do segundo eixo do programa, já explicitados anteriormente. O primeiro livro, intitulado, Práticas de Alfabetização: Atividades, traz atividades que possam ser trabalhadas em sala. Ao analisar é possível constatar que cada tópico de atividade é voltado para um determinado objetivo. Vejamos em anexo

Ao observar o título de cada capítulo, percebe-se que a maioria tem como objetivo trabalhar com o método fônico. São atividades que possibilitam o aluno a desenvolver a capacidade de distinguir os sons, reconhecendo os sons das letras. O que é importante para o desenvolvimento da criança. Soares (2003, p. 3) cita que “Ninguém aprende a ler e a escrever se não aprender relações entre fonemas e grafemas”. Mas, isto não quer dizer que para isso seja trabalhado apenas o método fônico de forma isolada e descontextualizada com vivências reais.

As atividades propostas envolvem brincadeiras, trazem a ludicidade para o processo aprendizagem, no entanto, são atividades que não estão relacionadas com práticas de leitura e escrita para as práticas sociais, ou seja, são práticas que estão voltadas para o paradigma tradicional da alfabetização que priorizam a codificação e a decodificação. No entanto, o livro também possui atividades que também trabalham produção textual e elementos de histórias ou textos.

Com base no estudo realizado acerca dos objetivos do Programa, nos leva ao pensamento que o professor e o seu trabalho tornam-se o foco do programa, desconsiderando que o aluno é o centro do processo de aprendizagem. E que todos os bons resultados que forem alcançados pelos alunos, são resultados do trabalho eficiente do professor.

Assim, concluímos que o Tempo de Aprender também desconsidera as pesquisas desenvolvidas nacionalmente e internacionalmente por estudiosos da alfabetização, pois como já citado anteriormente, o Programa valoriza apenas o uso de um único método de alfabetização desconsiderando as diversas formas de aprendizagem da criança e os avanços no campo da alfabetização proporcionados por estudos área do construtivismo e do letramento.

Mais uma vez é desconsiderado que muitos dos problemas existentes na alfabetização perpassam as quatro paredes da sala de aula, e que não se trata apenas de metodologia.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa já que (...) envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (BOGDAN e BIKLEN, 1982 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 13).

Para a realização da obtenção de dados que pudessem contribuir com a finalidade deste trabalho, foi realizada uma pesquisa com professoras alfabetizadoras da rede municipal de Areial-PB, de escolas que aderiram aos programas já citados no decorrer deste trabalho: Mais Alfabetização e Tempo de Aprender. Como instrumento de pesquisa foi desenvolvido um formulário digital, através do google forms, o questionário foi composto por 14 perguntas, sendo elas, sete perguntas voltadas para a formação profissional das entrevistadas e sete perguntas voltadas para as percepções dessas alfabetizadoras sobre os Programas Federais, que foram ou estão desenvolvidos nas suas escolas de atuação.

Primeiramente, realizou-se por meio de conversa com as gestoras das escolas o consentimento da pesquisa e a sondagem acerca das professoras alfabetizadoras das escolas. Ao entrar em contato com as professoras, foi explanado o objetivo da pesquisa e o envio do formulário via WhatsApp. Por questões éticas optou-se por não revelar os nomes das entrevistadas e também preservar os nomes das escolas onde atuam.

Para a seleção das entrevistadas, como já foi citado anteriormente, sondou-se quais professoras atuam ou já atuaram em turmas que estavam incluídas nos referidos Programas Federais, em três escolas do município de Areial-PB, sendo duas escolas de zona rural e uma escola da zona urbana. A pesquisa foi realizada com 8 professoras, sendo 4 professoras das escolas da zona rural e 4 professoras da escola de zona urbana. Todas possuem formação superior em pedagogia, o tempo de formação delas variam de 1 ano à 24 anos, e lecionam entre 2 à 34 anos. Nos pontos seguintes, as professoras serão referidas como: Professora- E, Professora S, Professora M, Professora A, Professora C, Professora I, Professora J e Professora L.

6 O QUE PENSAM ALFABETIZADORAS SOBRE OS PROGRAMAS MAIS ALFABETIZAÇÃO E TEMPO DE APRENDER: ANÁLISE DE DADOS

O ambiente educacional é desafiador, apresenta muitas adversidades e obstáculos, pois nele encontram-se sujeitos múltiplos e diversos, advindos de realidades distintas. A escola é um espaço que deve garantir os direitos destes sujeitos, educação inclusiva e de qualidade que garanta o seu desenvolvimento integral. Este direito da criança está instituído no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) no capítulo IV intitulado, Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, onde garante o direito da criança a educação e o seu desenvolvimento pleno bem como o preparo destas crianças para o exercício da cidadania e o preparo para a vida do trabalho.

Como dito antes, a escola é um ambiente desafiador e ao nos referirmos ao ato de alfabetizar, o que não é fácil, os desafios surgem de maneira mais alarmante, garantir que crianças desenvolvam a capacidade de dominar o código escrito bem como fazer o uso desta mesma na sociedade, para garantir os seus direitos, é um ato complexo.

Embora muitos profissionais reconheçam como funciona a realidade das turmas de alfabetização, as situações vividas quando o professor ensina a ler e a escrever são singulares, não se repetem e muitas vezes são imprevisíveis. Por isso, o professor precisa atuar como um agente desse processo, definindo as diretrizes de seu trabalho, sabendo conduzi-las e adequá-las às condições de sua realidade concreta. (LÚCIO; MACIEL 2009, p. 36).

Portanto, como aponta Lúcio e Maciel (2009), saber conduzir uma prática que atenda os anseios da multiplicidade presente em uma sala de aula, exige do profissional da educação uma bagagem de conhecimentos específicos, exige planejamento, metodologia, técnica, teorias, uma prática intencional que vise alcançar os objetivos e a garantia da aprendizagem dos pequenos alunos. Para tanto, o professor deve agir de maneira reflexiva em sala de aula, refletir acerca de suas práticas, suas metodologias, buscar novos conhecimentos que contemplem as necessidades do seu aluno, compreender que o educando é um ser singular, que aprende em ritmos diferentes e de maneiras diversificadas. Portanto, o professor deve ser conhecedor das muitas facetas que envolvem o processo de alfabetização. Ser um professor reflexivo tem a ver com a sua formação e suas buscas por formações

continuadas. Ao desenvolver um estudo exploratório acerca dos Programas Federais voltados para alfabetização, que são objetos de estudo deste trabalho foi possível constatar que um dos programas, como já dito anteriormente, o Tempo de Aprender, tem como um dos seus eixos a formação de professores, bem como a necessidade das formações dos assistentes de alfabetização. A portaria de lançamento do Programa Mais Alfabetização também indica a necessidade de formação para professores alfabetizadores acerca do Programa.

Sobre a formação do Programa mais Alfabetização para professoras e assistente de alfabetização foi perguntado às professoras se houve e como foi.

9- Houve formação pelo Programa Mais Alfabetização para professores e/ou monitores de alfabetização? Se sim, como foi?

Professora -E: Sim;

Professora S Muito bom!

Professora M Sim!Reuniões com formadores e oficinas de aprendizagem usando materiais lúdicos;

Professora A Não;

Professora C Sim.muito proveitoso;

Professora I Sim;

Professora J Sim;

Professora L Formação mínima durante o próprio planejamento pedagógico.

A maioria respondeu que houve, que foi boa, mas não entraram em detalhes. Apenas duas delas (professoras M e L) apresentaram mais alguma informação, mas sem muitos detalhes.

Não foi possível constatar se houve ou não, formação para as assistentes de alfabetização. O que aponta estas respostas, é a falta de organização e de oportunidade de todas as professoras participarem de uma formação específica do programa, pois como aponta as respostas das professoras M e L, ambas participaram de formações distintas. Neste caso, o que nos leva a pensar que a falta de uma formação específica pode gerar conflitos e deixar lacunas no trabalho do professor, uma vez que este se prejudica por não conseguir acessar as demandas impostas pelo Ministério da Educação, no que se refere ao Programa.

Como já é de nosso conhecimento, o PMALFA, surge para agregar e contribuir com o processo de alfabetização. No entanto, não oportunizar que as professoras alfabetizadoras, que desempenham um papel fundamental no ato de alfabetizar, não possam ter uma formação de qualidade para todas, poderá prejudicar o desempenho destas professoras, pois, não conhecer os objetivos do programa, não possibilita uma

prática intencional, no que se refere ao Programa, e reflexiva que possam alcançar os determinados fins, ou seja, garantir uma melhoria na alfabetização.

Em relação à formação do Tempo de Aprender, foi indagado às professoras, se houve, se elas participaram e como avaliavam essas formações.

10- E o Programa Tempo de Aprender, ofereceu formação aos professores alfabetizadores? Você participou? Que avaliação faz desta formação?

Professora E: Sim, é muito importante para ajudar e mostrar caminhos para que o professor desenvolva seu trabalho, na verdade é um apoio ao professor;

Professora S: Sim, o mesmo tem nos ajudado muito a melhor o trabalho em sala de aula;

Professora M: Não participei;

Professora A: Não;

Professora C: Sim. Ajudou muito;

Professora I: Sim;

Professora J: Não;

Das oito professoras, cinco afirmaram que houve formação, que participaram e acharam positivo, mas não citam quais são estes pontos positivos. Do mesmo modo que as questões anteriores não se aprofundaram nas respostas. Apenas a professora E se estendeu na resposta afirmando que foi muito importante para ajudar e mostrar caminhos para que o professor desenvolva seu trabalho. Já a professora S considerou que a formação tem ajudado muito na sala. Não informa como. A professora L, semelhante à questão anterior, afirma que a formação foi mínima.

O que podemos concluir é que tanto o programa Mais alfabetização quanto o Programa Tempo de Aprender não oportunizaram às professoras uma formação igualitária. O Programa Tempo de Aprender apresenta uma falha ainda maior, pois, possui como um dos seus eixos a formação dos professores, bem como a sua valorização, além de apresentar uma formação on-line, onde apresenta práticas de alfabetização, para contribuir com o trabalho de professores alfabetizadores. Não estamos aqui defendendo o conteúdo da formação on-line, uma vez que apresenta inúmeros pontos negativos que já foram expostos neste trabalho, mas trazendo uma crítica ao Programa que visa oferecer formação, que trará melhorias na alfabetização, mas, no entanto, apresenta inúmeras falhas e lacunas em seu desenvolvimento. Podemos perceber também que as professoras desconhecem essas formações, pois em suas respostas não relatam que participaram das formações específicas do Programa, à exemplo a formação online.

Outro ponto que precisa ser visto com maior cuidado é que as formações oferecidas pelo Tempo de Aprender são bem específicas, como citado no capítulo passado, pois não são oferecidas para todos os professores da alfabetização diretamente pelo Ministério da Educação e sim, por apenas uma professora de cada escola. Ou seja, algo muito específico e que não é relatado pelas professoras, o que mais uma vez nos leva a supor que as formações do programa não foram ofertadas para as professoras entrevistadas, ou apenas não quiseram discorrer, nos levando a levantar hipóteses, as professoras tiveram um certo receio em trazer críticas a esta falta de formação ou por apenas não terem participado. Além de que é de suma importância o professor conhecer as metodologias que estão sendo implementadas pelo Programa, para ter um olhar crítico acerca das estratégias que vêm sendo adotadas para o processo de alfabetização. Como já é de nosso conhecimento o Tempo de Aprender traz uma perspectiva tradicional da alfabetização, afirmamos este fato pois ele adota o método fônico como o salvador dos problemas de analfabetismo no país, o que é apresentado como uma falha pois não é possível acabar com todas as dificuldades do processo de alfabetização com apenas um método, cada indivíduo e cada realidade deve ser tratada de acordo com suas especificidades.

Ao trazer um breve estudo sobre a alfabetização no Brasil no início deste trabalho, podemos perceber que durante décadas o foco da alfabetização eram os métodos que estavam sendo adotados em sala de aula, bem como as disputas entre os defensores dos métodos sintéticos e os defensores dos métodos analíticos. Cada método buscava trazer mudanças e contribuir no combate dos problemas que cercavam o processo de ensinar a ler e escrever, o foco sempre no ensino e não se discutia/pensava no sujeito que aprende. Isso só passou a acontecer com o advento da perspectiva construtivista de alfabetização, fundamentada na Psicogênese de Ferreiro como dissemos em capítulos anteriores, o que contribuiu para uma mudança de paradigma na alfabetização. Atualmente vemos esse retorno de foco no método, na técnica e em quem e como se ensina, no desenvolvimento do Programa Tempo de Aprender.

Voltando à pesquisa, pedimos também, em outra questão, para as professoras destacarem os pontos positivos e negativos do(s) programa(s) que participou/participa.

11- Destaque pontos positivos e negativos do(s) programa(s) que participou/participa.

Professora E: Não vejo pontos negativos, porque são programas que ajudam o professor

Professora S: As informações, ideia, experiência.
Negativo pouco tempo, dias...

Professora M: Pontos positivos ótimos recursos para nossa prática pedagógica

Professora A: Não participei

Professora C: Tudo o que contribui para o desenvolvimento do professor só vem a acrescentar

Professora J: As formações - ponto positivos. Mais alfabetização.
Tempo de aprender- a falta de formação e informações.

Professora L: Os pontos positivos são o auxílio que nós professores temos, a atenção dos participantes com os alunos que mais precisam e uma dos pontos negativos é que não havia muito formação para alinhar a prática do docente com a prática do participante.

A maioria das professoras destacou mais pontos positivos do que negativos. A professora L, ressaltou a atenção que é dada aos alunos com mais dificuldade de aprendizagem. Como pontos negativos foram apontados pelas professoras a falta de formação e informações e os poucos dias que os Programas são desenvolvidos nas escolas. Nos chamou a atenção as respostas fornecidas pela professora L, uma das professoras mais nova e com formação mais recente, Em suas respostas essa sempre se mostrou preocupada com a formação docente e como alinhar a prática do professor com a do assistente de alfabetização.

Outro ponto negativo, considerado por uma das professoras entrevistadas que precisa ser enfatizado é o pouco tempo que o assistente de alfabetização permanece em sala de aula. Diante deste fato levantamos a hipótese que a ajuda aos alunos em sala de aula seja descontínua, pois o assistente permanece em um curto período em sala e não contribui com todos os processos de aprendizagens necessários para o desenvolvimento do aluno.

Sobre a ação dos Programas mais Alfabetização e Tempo Aprender de inserir uma assistente de alfabetização em sala de aula para auxiliar o professor, foi perguntado às professoras a opinião sobre isso.

12- O Programa mais Alfabetização, tem como ação a inserção de uma assistente de alfabetização em sala de aula para auxiliar o professor. Qual a sua opinião sobre isso?

Professora E: Vejo que o importante é ter alguém que ajude o professor nesse processo de alfabetização, é claro que se for uma pessoa formada seria bem melhor, mais cada um se vira com o que tem;

Professora S: Que continue... é muito importante. Veio para melhorar e muito a aprendizagem

Professora M: É uma ótima proposta, pois alguns alunos precisam de atendimento individual para entender o assunto trabalhado;

Professora A: O apoio do assistente de alfabetização na sala de aula é excelente, pois auxilia no processo de alfabetização dos estudantes;

Professora C: A participação de um auxiliar junto com o professor em sala é muito bom me ajudou bastante;

Professora I: Muito boa;

Professora J: É ótimo um assistente, mas no momento estou sem;

Professora L: Foi algo maravilhoso.

13- Você contou com apoio de monitoria do Programa Mais alfabetização em sua sala? Se sim, foi positivo ou negativo? Comente.

Professora E: Sim...Tive ótimos resultados com a ajuda da munitora do Mais Alfabetização

Professora S: Sim, muiiiiiiiito positivo. Tem feito a diferença;

Professora M: Não;

Professora A: Sim, muito positivo, pois foi dado auxílio necessário para os alunos nas atividades estabelecidas e planejadas pela professora alfabetizadora, e pelo monitoramento pedagógico;

Professora C: Sim. foi positivo pois muitos alunos precisam de uma assistência individual;

Professora I: Sim;

Professora J: É ótimo um assistente, mas no momento estou sem;

Professora L: Sim e para mim foi muito positivo;

Apesar de haver algumas respostas vagas, ou de algumas professoras não contarem com uma assistente atualmente em sala, nota-se que as professoras avaliam a inserção de uma assistente de alfabetização em sala de forma positiva, pois contribui para o trabalho do professor. As professoras E, S e A comentaram que a inserção da assistente de alfabetização, auxilia no processo de alfabetização dos estudantes, que obtiveram ótimos resultados com a ajuda da assistente e que a inserção do assistente fez a diferença neste processo.

Apesar de algumas professoras relatarem que a assistência na alfabetização contribui com a aprendizagem das crianças, levanta-se a hipótese que a figura do assistente de alfabetização surge como um facilitador do trabalho do professor uma vez que esse trabalha apenas como um auxiliar para realização de tarefas. Essa afirmação parte da experiência da pesquisadora autora deste trabalho como assistente de alfabetização em ambos os Programas, pois com base em sua vivência, o trabalho realizado pelo assistente, facilita apenas o trabalho do professor, uma vez que apenas auxilia aqueles alunos a realizar as tarefas, mas não consegue trabalhar de forma individualizada em cima da necessidade da criança. Pois, acreditamos que trabalhar com duas metodologias, que por vezes é pertinente para atender as necessidades do aluno, em tempos iguais, pode prejudicar o desenvolvimento do

aluno. Também podemos perceber a desvalorização do assistente de alfabetização por parte dos programas educacionais, já que estes não são devidamente remunerados, assim desvalorizando seu trabalho bem como os seus conhecimentos.

Por último foi questionado as professoras quanto ao desenvolvimento do Programa ainda em vigência, o Tempo de Aprender

14. Quanto ao Programa Tempo de Aprender, está sendo desenvolvido em sua escola atualmente? Se sim, esse Programa está sendo desenvolvido como é proposto pelo Ministério da Educação ou é feito adaptações?

Professora E: Sim...

É desenvolvido como Manda o Ministério de Educação.

Professora S: Sim, com certeza!

Professora M: Não estou participando.

Professora A: Sim, está sendo desenvolvido como é proposto pelo Ministério da Educação.

Professora C: Sim. Sempre precisa ser adequado principalmente dependendo da localidade em que o aluno vive e suas necessidades principalmente após a pandemia da covid 19

Professora I: Sim

Professora J: Sim, está sendo feito adaptações.

Professora L: Sim, mas foi feito adaptações.

Das oito professoras que foram indagadas, quatro afirmam que desenvolvem o Programa, assim como é proposto pelo Ministério da Educação, ou seja, não fazem questionamentos acerca do programa, não lançam uma ótica crítica para as práticas e metodologias que o programa oferece. As outras quatro professoras afirmam que fazem adaptações no desenvolvimento do Programa, acredita-se que seja para adequar-se à realidade do aluno, pois nem todos alunos aprendem com a mesma metodologia, ou em ritmos iguais. Pensar em adequar a prática a realidade do aluno, bem como compreender que cada indivíduo aprende uma maneira de trabalhar são influências trazidas pelos estudos do construtivismo para a alfabetização, fator já ressaltado neste trabalho. Assim podemos levantar a hipótese acerca das adequações realizadas pelas professoras como uma prática reflexiva atenta às demandas de seus alunos.

Assim a prática que é proposta pelo Programa ou até mesmo como o mesmo se desenvolve pode não suprir as necessidades dos educandos. Vemos este fato como algo que precisa ser repensado no desenvolvimento dos Programa, pensar na pluralidade dos alunos e nos diversos desafios encontrados por eles no processo de aprendizagem.

Os Programas são propostos pelo Ministério da Educação, a fim de contribuir com o processo de alfabetização, portanto o programa deve ser seguido conforme as orientações do mesmo, no entanto, nos leva a questionar, o que está proposto pelos programas, consegue suprir as necessidades de todos os alunos, assim como também considera e valoriza a realidade desses educandos? Portanto, sugere-se que estes programas sejam refletidos repensados no âmbito educacional, com o propósito de serem desenvolvidos pensados no desenvolvimento do aluno, assim considerando as diversas realidades que estão inseridos, assim como as necessidades de cada um, e valorizá-los enquanto sujeitos atuantes da sociedade, que possuem uma bagagem cultural e constroem o seu próprio conhecimento. É de suma importância que estes Programas sejam repensados e que sejam consideradas os estudos sobre o letramento e em uma alfabetização associada às práticas de letramento, Soares (2003) ressalta a importância de alfabetizar letrando, ensinar a ler e escrever, utilizando de textos e escritas que fazem parte do cotidiano do aluno.

Consideramos, portanto, que os Programas que surgem para garantir a melhoria na alfabetização de crianças, apresentam falhas e assim não é garantido os seus objetivos. Não oferecer formações para os professores, desencadeia práticas sem conhecimentos e criticidade. Repara-se que a figura do assistente de alfabetização contribui com o trabalho do professor, desenvolvendo um trabalho importante em sala de aula, mas que não é valorizado pelos programas, uma vez que é visto apenas como um voluntário. Ressaltamos também que os problemas no desenvolvimento da alfabetização não serão resolvidos apenas com a adoção de um único método de alfabetização e que estes problemas não estão relacionados apenas com a prática docente. As medidas tomadas por estes Programas são vistas como retrocesso para a alfabetização, desvaloriza todos os conhecimentos produzidos no Brasil, durante longos anos, desvaloriza o aluno enquanto protagonista deste processo e reduz os problemas da alfabetização à escolha de um método mágico, como no passado, considerando apenas que devem ser tomadas medidas em relação ao trabalho docente, além de não contribuir com estes oferecendo formações precárias.

Como foi dito, a partir da década de 80 é inserido no Brasil os ideários construtivistas, que trouxeram mudanças para a área da Alfabetização, neste mesmo período é chegado também o conceito de Letramento no Brasil, que também trouxe

uma mudança no paradigma da Alfabetização. O construtivismo possibilitou trazer para o campo da alfabetização a valorização do aluno enquanto protagonista deste processo. Não é possível ver influências do construtivismo nos Programas educacionais em discussão. Apesar de o Programa mais Alfabetização enfatizar a necessidade de pensar nas necessidades do aluno, ao mesmo tempo incentiva a valorização do professor, como que este seja o único responsável pelo sucesso da alfabetização do aluno. Em relação ao Programa Tempo de Aprender, este tem como maior foco o método fônico, desvinculado das práticas letradas, não contribuindo de forma efetiva no aprendizado do aluno.

É necessário também refletir em como o aluno aprende, como ele constrói o conhecimento. Ao adotar apenas um único método o Programa desconsidera todos os conhecimentos que foram produzidos ao longo dos anos pelas ciências (psicologia, linguísticas...) que colocam o aluno no centro do processo de alfabetização. E, é por essa razão, como já foi dito anteriormente, que esse programa representa, sim, um grande retrocesso na história da alfabetização no nosso país, quando se trata de um programa do governo federal

7 CONCLUSÃO

A história da Alfabetização no Brasil é marcada por debates, discussões, transformações, disputas de poder, avanços e retrocessos. Com base em Mortatti (2006) e Frade (2006, 2007) foi possível constatar que o percurso histórico da alfabetização foi marcado durante décadas pelos métodos de alfabetização, que foram palco de disputa por seus defensores, que demonstravam esforços para combater através de seus métodos as adversidades que cercavam o processo de alfabetização. No entanto, ao longo da história os métodos de alfabetização tanto os analíticos como os sintéticos foram designados como tradicionais.

Com a chegada de novos conceitos no campo da leitura e da escrita é notório as mudanças de paradigma no campo da alfabetização. O construtivismo possibilitou compreender que o aluno constrói o seu saber a partir de vivências e experiências e que este passa por diferentes níveis na aprendizagem da escrita e é o centro do processo da aprendizagem. O conceito do letramento chega ao Brasil também trazendo uma nova concepção de alfabetização, mostrando a importância de uma alfabetização atrelada ao uso da escrita e da leitura para as práticas sociais.

Apesar de longas transformações na área da alfabetização, o Brasil é um país marcado pelas desigualdades sociais e isto reflete na alfabetização das crianças do nosso país. Para reverter o quadro de baixos níveis de alfabetização em todo território brasileiro, surgem as políticas educacionais que visam contribuir neste processo. Assim, buscamos neste trabalho refletir acerca das possíveis contribuições dos Programas educacionais Mais alfabetização e Tempo de aprender, a partir da visão de professoras alfabetizadoras. Para tanto, buscamos investigar por meios dos documentos legais dos referidos Programas os seus objetivos e as percepções de professores alfabetizadores das escolas públicas do município de Areial-PB sobre estes Programas.

Os Programas: Mais Alfabetização e Tempo de Aprender têm como objetivo elevar a qualidade da alfabetização de crianças matriculadas no 1º e 2º ano do ensino fundamental. Em ambos Programas foi possível constatar o retorno do foco da alfabetização em quem ensina e como se ensina, para tanto buscam como uma de suas estratégias a inserção de uma assistente de alfabetização na sala de aula, a fim de contribuir com o trabalho docente. Foi possível constatar nesses Programas o foco

em quem ensina e como se ensina, principalmente no Programa Tempo de Aprender. Esse busca valorizar a formação docente e oferece para professores alfabetizadores cursos de formação on-line e presencial. No curso on-line é possível constatar o incentivo por parte do programa o retorno do método fônico para as salas de aulas, o que apontamos como um retrocesso para a alfabetização, o retorno de apenas um método de alfabetização sem conexão com o uso da leitura e da escrita para as práticas sociais.

A partir da fala das professoras alfabetizadoras constatamos diversas lacunas no desenvolvimento dos Programas, principalmente em relação à formação docente. Apesar de suas respostas vagas, obtidas por meio da coleta de dados, nos levaram a supor a precarização da formação docente uma vez que estes não receberam as formações adequadas assim resultando em uma prática sem reflexão. Percebe-se também que as medidas tomadas pelos Programas educacionais para a melhoria da alfabetização focam apenas no trabalho docente, levando ao entendimento de que este é visto como o único fator de precarização da alfabetização no país e que apenas mudanças de metodologias sejam suficientes para reverter este quadro.

Quanto ao fato de proporcionar um auxílio de uma assistente de alfabetização nas salas de aulas, a partir das percepções das professoras foi possível verificar que este ator surge apenas como um facilitador para a realização do trabalho docente, e que por vezes não têm suas práticas alinhadas (professora X assistente). Caracterizar o assistente de alfabetização como um voluntário mostra desvalorização deste profissional uma vez que para ser inserido nas escolas precisam ser formados ou ser estudantes de Pedagogia. Apesar de não haver formação para todas as professoras e as assistentes de alfabetização permanecer por um curto período em sala, as professoras entrevistadas relatam que estes Programas contribuem com o trabalho do professor, a partir da inserção da assistente de alfabetização, bem como contribui com o desenvolvimento dos alunos na alfabetização.

Por fim, percebemos a grande importância de refletirmos acerca destes Programas e trazer para o âmbito educacional discussões que possam promover mudanças nas políticas educacionais visando melhorar a qualidade da alfabetização enxergando os diversos fatores que permeiam este processo (político, econômico e social) e enxergue o aluno como o principal sujeito deste processo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: MEC, 1997.
- Brasil. Ministério da Educação. **Formação continuada em práticas de alfabetização do Programa Tempo de Aprender**. Brasília: MEC, 2020c Disponível em: <http://avamec.mec.gov.br/#/instituicao/sealf/curso/5401/visualizar>. Acesso em: 03 de Agosto de 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de fevereiro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020**. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização no âmbito do Governo Federal. Brasília: MEC, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Alfabetização: Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento**. Brasília: MEC, 2018.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita** 4ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FRADE. Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos e didáticas de alfabetização: História, características e modos de fazer do professor**. Belo Horizonte: Caele*/FaE/UFMG, 2005
- FRADE. Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais**. *Educação*, v. 32, n. 1, p. 21-39, 2007.
- KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-61.
- LÚCIO, Iara Silva. MACIEL, Francisca Izabel Pereira; Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática. **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. **A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, 2007. Tatiana Gonçalves de. & OLIVEIRA, Elka Renata Costa. **A INFLUÊNCIA DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA EM CRIANÇAS ALFABETIZADAS PELOS MÉTODOS FÔNICO E SILÁBICO**, 2007.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. **O pensamento de Emília Ferreiro sobre alfabetização**. Revista Moçambros: acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa, São Paulo, ano 1, n. 2, 2007. Disponível em:. Publicado em: março 2007.

MOREIRA, Geraldo Eustáquio. O processo de alfabetização e as contribuições de Emília Ferreiro. **Revista de Letras**, v. 7, n. 1, 2014.

MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Brasília: 2006.

NOGUEIRA, Gabriela Medeiros; LAPUENTE, Janaína Soares Martins. **“Tempo de Aprender”**: uma proposta do Ministério da Educação para professores alfabetizadores. Revista de Educação PUC-Campinas, v. 26, p.1-17, 2021. Disponível em [https:// doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a493](https://doi.org/10.24220/2318-0870v26e2021a493).>

ROSSLER, João Henrique. **Construtivismo e alienação: as origens do poder de atração do ideário construtivista**. In: DUARTE, Newton (Org.). Sobre o construtivismo: contribuições a uma análise crítica. São Paulo: Autores Associados, 2000, p.03-22;

Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Minas Gerais: Revista Brasileira de Educação, 2003^a.

SOARES. Magda. **A reinvenção da alfabetização**. Presença pedagógica, v.9 n.52, jul./ago,2003b.

Letramento: um tema em três gêneros.3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

3- Há quantos anos se formou?

- Professora E: *1 ano*
- Professora S: *20 anos*
- Professora M: *20 anos*
- Professora A: *2 anos*
- Professora C: *4 anos*
- Professora I: *15 anos*
- Professora J: *24 anos*
- Professora L: *Menos de um ano*

4- Há quanto tempo leciona?

- Professora E: *4 anos*
- Professora S: *33 anos*
- Professora M: *28 anos*
- Professora A: *2 anos*
- Professora C: *6 anos*
- Professora I: *34 anos*
- Professora J: *31 anos*
- Professora L: *5 anos*

5- Há quanto tempo leciona no ciclo de alfabetização (1ª, 2ª e 3ª série)?

- Professora E: *2 anos*
- Professora S: *Esse é primeiro ano*
- Professora M: *7 anos*
- Professora A: *2 anos*
- Professora C: *6 anos*
- Professora I: *30 anos*
- Professora J: *30 anos*
- Professora L: *5 anos*

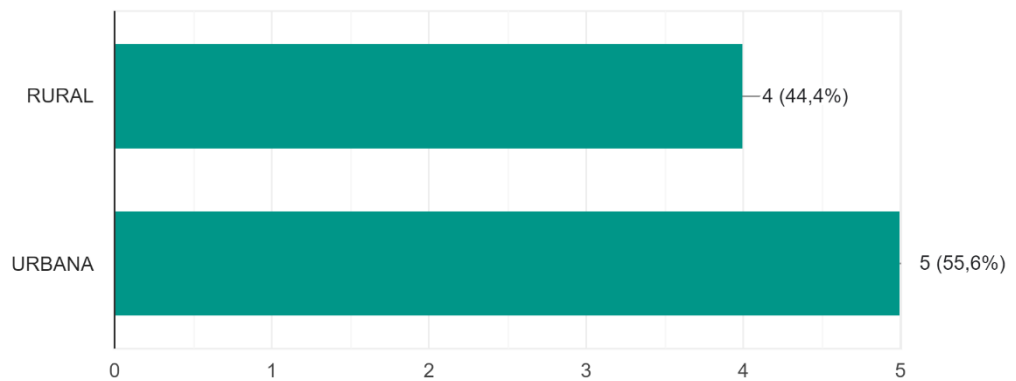
6- Em que turma está atuando no momento? E no ano passado?

- Professora E: *1ºAno*
- Professora S: *Primeiro ano, ano passado infantil*

- Professora M: 2ºano
- Professora A: 2º ano do ensino fundamental, e no ano passado 1º ano do ensino fundamental
- Professora C: Atualmente no reforço escolar ano passado segundo ano fundamental
- Professora I: 2º- ano
- Professora J: 1 ano
- Professora L: No momento 2º ano. Ano passado 1º ano

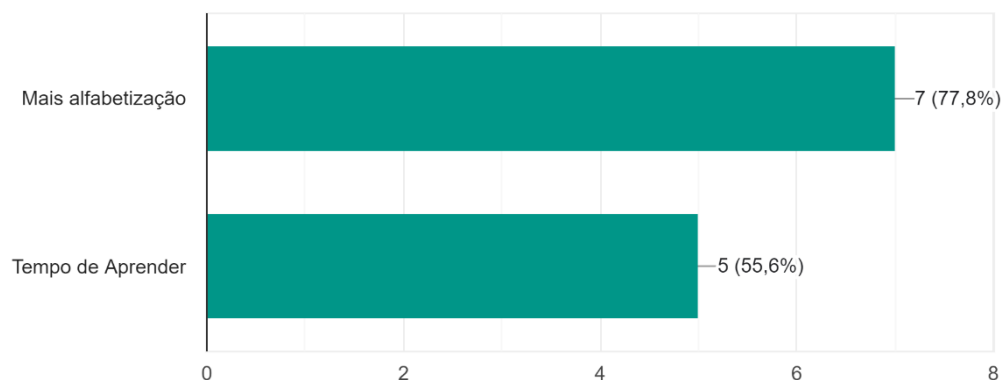
7- Sua escola fica na zona:

9 respostas



8- Marque o(s) Programa(s) de apoio à alfabetização do governo federal você tem participado:

9 respostas



9- Houve formação pelo Programa Mais Alfabetização para professores e/ou monitores de alfabetização? Se sim, como foi?

- Professora E: *Sim*
- Professora S: *Muito bom!*

- Professora M: *Sim! Reuniões com formadores e oficinas de aprendizagem usando materiais lúdicos.*
- Professora A: *Não*
- Professora C: *Sim.muito proveitoso*
- Professora I: *Sim*
- Professora J: *Sim*
- Professora L: *Formação mínima durante o próprio planejamento pedagógico*

10- E o Programa Tempo de Aprender, ofereceu formação aos professores alfabetizadores? Você participou? Que avaliação faz desta formação?

- Professora E: *Sim, é muito importante para ajudar e mostrar caminhos para que o professor desenvolva seu trabalho, na verdade é um apoio ao professor*
- Professora S: *Sim, o mesmo tem nos ajudado muito a melhorar o trabalho em sala de aula.*
- Professora M: *Não participei*
- Professora A: *Não*
- Professora C: *Sim. Ajudou muito*
- Professora I: *Sim*
- Professora J: *Não*
- Professora L: *A formação também foi mínima*

11- Destaque pontos positivos e negativos do(s) programa(s) que participou/participa.

- Professora E: *Não vejo pontos negativos, porque são programas que ajudam o professor.*
- Professora S: *As informações, ideia, experiência. Negativo pouco tempo, dias...*
- Professora M: *Pontos positivos ótimos recursos para nossa prática pedagógica.*
- Professora A: *Não participei*
- Professora C: *Tudo o que contribui para o desenvolvimento do professor só vem acrescentar*
- Professora I: *10*
- Professora J: *As formações - ponto positivos. Mais alfabetização. Tempo de aprender- a falta de formação e informações.*

- Professora L: *Os pontos positivos são o auxílio que nós professores temos, a atenção dos participantes com os alunos que mais precisam e uma dos pontos negativos é que não havia muita formação para alinhar a prática do docente com a prática do participante*

12- O Programa Mais Alfabetização, tem como ação a inserção de uma assistente de alfabetização em sala de aula para auxiliar o professor. Qual a sua opinião sobre isso?

- Professora E: *Vejo que o importante é ter alguém que ajude o professor nesse processo de alfabetização, é claro que se for uma pessoa formada seria bem melhor, mais cada um se vira com o que tem.*

- Professora S: *Que continue... é muito importante. Veio para melhorar e muito a aprendizagem*

- Professora M: *É uma ótima proposta, pois alguns alunos precisam de atendimento individual para entender o assunto trabalhado.*

- Professora A: *O apoio do assistente de alfabetização na sala de aula é excelente, pois auxilia no processo de alfabetização dos estudantes*

- Professora C: *A participação de um auxiliar junto com o professor em sala é muito bom me ajudou bastante*

- Professora I: *Ótimo*

- Professora J: *E ótimo um assistente, mas no momento estou sem.*

- Professora L: *Foi algo maravilhoso*

13- Você contou com apoio de monitoria do Programa Mais alfabetização em sua sala? Se sim, foi positivo ou negativo? Comente.

- Professora E: *Sim... Tive ótimos resultados com a ajuda da munitora do Mais Alfabetização*

- Professora S: *Sim, muiiiiiiiiiito positivo. Tem feito a diferença.*

- Professora M: *Não*

- Professora A: *Sim, muito positivo, pois foi dado auxílio necessário para os alunos nas atividades estabelecidas e planejadas pela professora alfabetizadora, e pelo monitoramento pedagógico.*

- Professora C: *Sim. foi positivo pois muitos alunos precisam de uma assistência individual*

- Professora I: *Sim*

- Professora J: *Sim, positivo, ajuda bastante.*
- Professora L: *Sim e para mim foi muito positivo*

14. Quanto ao Programa Tempo de Aprender, está sendo desenvolvido em sua escola atualmente? Se sim, esse Programa está sendo desenvolvido como é proposto pelo Ministério da Educação ou é feito adaptações?

- Professora E: *Sim... É desenvolvido como Manda o Ministério de Educação.*
- Professora S: *Sim, com certeza!*
- Professora M: *Não estou participando.*
- Professora A: *Sim, está sendo desenvolvido como é proposto pelo Ministério da Educação.*
- Professora C: *Sim. Sempre precisa ser adequado principalmente dependendo da localidade em que o aluno vive e suas necessidades principalmente após a pandemia da covid 19*
- Professora I: *Sim*
- Professora J: *Sim, está sendo feito adaptações.*
- Professora L: *Sim, mas foi feito adaptações*